



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**NOTA DA DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN POR REAJUSTE PARA
TODO(A)S O(A)S SEVIDORE(A)S PÚBLICO(A)S E PELA DEFESSA
IRRESTRITA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

No apagar das luzes de 2022, o Congresso Nacional aprova aumento salarial para presidente, vice-presidente, ministro(a)s e parlamentares, ao mesmo tempo em que não há qualquer sinalização de reposição salarial para o(a)s servidore(a)s público(a)s que acumularam perdas salariais de mais 30%, nesses últimos anos.

Como se não bastasse um ano marcado pelo aprofundamento das mazelas na vida da classe trabalhadora, de ataques permanentes aos serviços públicos, dos cortes orçamentários nas IES, ainda em um ano atravessado pelo Orçamento Secreto, que destinou recursos públicos para as eleições sem que a população brasileira pudesse ter qualquer transparência sobre este recurso, ontem (20), o Congresso aprovou um reajuste que será de 37,32% a 50%, dependendo do cargo para o alto escalão do governo.

Temos feito uma luta incansável nestes últimos anos reivindicando o reajuste salarial do(a)s servidore(a)s público(a)s de forma isonômica, conjuntamente com demais entidades que integram o Fonasefe e o Fonacate. Para isso, construímos unidade em torno de um índice de 27%, em 2022. No entanto, o governo não demonstrou nenhuma possibilidade de negociação com o(a)s servidore(a)s que amargam com o avanço da destruição dos serviços públicos e com a precarização do nosso trabalho. Como disse o atual ministro da Economia Paulo Guedes, a intenção sempre foi largar ‘uma granada no bolso do servidor’.

Na continuidade desse processo de luta o Fonasefe avançou em apresentar para o(a)s parlamentares (liderança da minoria) e, em especial, para o Gabinete de Transição de governo, quatro reivindicações imediatas: 1) Reajuste emergencial linear com o índice da inflação acumulada nos 4 anos do governo Bolsonaro de 27% (2018 a 2022); 2) Arquivamento da PEC 32; 3) Revogação da Emenda Constitucional nº 103/209; 4) Revogação da Emenda Constitucional 95/2016.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

O descaso com os recursos públicos destinados exclusivamente a interesses de poucos é uma afronta a todo(a)s o(a)s trabalhadore(a)s do serviço público e à população brasileira. O ANDES-SN reafirma a luta pela reposição salarial do(a)s servidore(a)s, como uma pauta central para melhores condições de trabalho e de vida dos (as) trabalhadores (as) do setor público.

Mais do que isso, reafirmamos que a reposição salarial do(a)s servidore(a)s público(a)s, em especial, aquele(a)s que estão na linha de frente do atendimento à população impacta na qualidade da oferta dos serviços para a parcela do povo trabalhador mais pobre que depende da educação pública, da saúde pública, da assistência social, dentre outros direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Seguiremos em luta pela dignidade dos nossos salários, dos serviços públicos e por recursos públicos destinados aos interesses da classe trabalhadora.

Brasília (DF), 21 de dezembro de 2022

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.
Telefone: (61) 3962 8400 | Fax: (61) 3224 9716 | E-mail: secretaria@andes.org.br